



JADER FERREIRA GUIMARÃES
VITOR SOARES SILVARES

A (IN)EFICÁCIA DAS DECISÕES DO STF EM SEDE DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

MÁRCIO CAMMAROSANO
Prefácio

Área específica: Direito Constitucional.

Áreas afins: Controle de constitucionalidade. Teoria Geral do Direito.

Público-alvo: O público-alvo são os estudiosos dos direito, especialmente aqueles que lidam com o controle de constitucionalidade por omissão, como é o caso, dentre outros, de Ministros do STF, advogados, procuradores, desembargadores. A obra possui ainda como público-alvo os estudantes do direito, na medida em que pode contribuir para o aperfeiçoamento sobre o tema.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000592

A presente obra busca enfrentar o problema da inconstitucionalidade por omissão, mais especificamente a posição firmada pelo STF sobre o tema, trazendo, sobretudo, sugestões para que a ação direta de inconstitucionalidade por omissão passe a efetivamente cumprir seu papel.

Trata-se de estudo desenvolvido ao longo de dois anos, dispensando-se especial atenção à bibliografia, objetivando propiciar ao leitor uma nova perspectiva sobre o tema.

Enfim, cuida-se de trabalho que pode trazer considerável contribuição para a academia e que, se implementado, pode ensejar resultados práticos interessantíssimos, isto é, permitir o exercício de direitos que apesar de garantidos na Constituição da República dependem de uma atuação do agente competente, normalmente do legislador.

C963i Guimarães, Jader Ferreira
A (in)eficácia das decisões do STF em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão / Jader Ferreira Guimarães, Vitor Soares Silvares; prefácio: Márcio Cammarosano. – Belo Horizonte: Fórum, 2014.
176 p.
ISBN 978-85-7700-820-9
1. Direito constitucional. 2. Controle de constitucionalidade. 3. Teoria geral do direito. I. Silvares, Vitor Soares. II. Cammarosano, Márcio. III. Título.
CDD: 342.04
CDU: 342.22

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GUIMARÃES, Jader Ferreira; SILVARES, Vitor Soares. *A (in)eficácia das decisões do STF em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão*. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 176 p. ISBN 978-85-7700-820-9.

Jader Ferreira Guimarães

Mestre e Doutor em Direito pela PUC-SP. Professor do Mestrado em Direito Processual da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor de direito constitucional da graduação Universidade Vila Velha/ES (UVV). Ex-Procurador Geral do Município de Vitória/ES. Advogado.

Vitor Soares Silvares

Pós-graduado em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Mestre em Direito Processual pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Procurador Geral do Município da Serra (ES). Ex-Subprocurador Geral do Município de Vitória. Ex-Assessor Jurídico do TJES.

SUMÁRIO DO LIVRO:

LISTA DE DENOMINAÇÕES, ABREVIATURAS E SIGLAS

PREFÁCIO

Márcio Cammarosano

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1

O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

- 1.1 Aspectos introdutórios
 - 1.1.1 Importância do controle de constitucionalidade
- 1.2 Supremacia da Constituição, rigidez e constitucionalismo
- 1.3 Jurisdição constitucional
 - 1.3.1 Legitimidade da jurisdição constitucional
- 1.4 Origem do controle de constitucionalidade
 - 1.4.1 Espécies, modalidades, vias e momento do controle de constitucionalidade
 - 1.4.2 Inconstitucionalidade formal e material
 - 1.4.3 Inconstitucionalidade por ação e omissão
- 1.5 O controle de constitucionalidade no Brasil

CAPÍTULO 2

O FENÔMENO DA INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

- 2.1 Noções gerais
- 2.2 Omissão total
- 2.3 Omissão parcial
- 2.4 Omissões impugnáveis
- 2.5 Momento da caracterização da omissão inconstitucional
- 2.6 Breve relato da experiência de outros povos
- 2.7 Mandado de injunção

CAPÍTULO 3

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO

- 3.1 Generalidades
- 3.2 Competência
- 3.3 Legitimidade
- 3.4 Procedimento
- 3.5 Medida liminar
- 3.6 Apontamentos sobre o “ativismo judicial”
- 3.7 Decisão final e efeitos
- 3.8 Direito à indenização diante de omissão inconstitucional?
- 3.9 Análise da jurisprudência do STF em matéria de ADO

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS